

## TCM-SP – Agente de Fiscalização – Ciências Contábeis

**Pessoal, vou comentar as questões da prova.**

80

Os atos e fatos são registrados pela Contabilidade Aplicada ao Setor Público (CASP) com o objetivo de gerar informações que subsidiem o controle e a aplicação adequada e responsável dos recursos públicos. Com isso, pode-se dizer que as informações geradas pela CASP apresentam diferentes aspectos.

Acerca dos aspectos da Contabilidade Aplicada ao Setor Público, analise as afirmações a seguir:

I) Os registros de atos e fatos poderão alcançar um ou mais aspectos da Contabilidade Aplicada ao Setor Público.

**CERTO, aspecto orçamentário, patrimonial e fiscal.**

II) O processo de convergência às normas internacionais de Contabilidade Aplicada ao Setor Público visa a contribuir para o desenvolvimento do aspecto patrimonial.

**CERTO, aspecto orçamentário, patrimonial e fiscal.**

III) O Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO) representa um instrumento de evidenciação do aspecto fiscal.

**CERTO, aspecto orçamentário, patrimonial e fiscal.**

IV) O Balanço Financeiro e **a Demonstração dos Fluxos de Caixa** são relatórios produzidos no **âmbito do aspecto financeiro**.

**ERRADO, não é tratado do aspecto financeiro no MCASP, além disso, o balanço financeiro está relacionado ao aspecto orçamentário.**

É correto somente o que se afirma em:

- (A) I e II;
- (B) II e IV;
- (C) III e IV;
- (D) I, II e III;
- (E) II, III e IV.

*Essa questão cobrou os aspectos da CASP.*

### **3.1. Aspecto Orçamentário**

*Compreende o registro e a evidenciação do orçamento público, tanto quanto à sua aprovação quanto à sua execução. Os registros de natureza orçamentária são base para a elaboração do Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO) e dos Balanços Orçamentário e Financeiro, que representam os principais instrumentos para refletir esse aspecto.*

### **3.2. Aspecto Patrimonial**

*Compreende o registro e a evidenciação da composição patrimonial do ente público. Nesse aspecto, devem ser atendidos os princípios e as normas contábeis voltadas para o reconhecimento, mensuração e evidenciação dos ativos e passivos e de suas variações patrimoniais. O Balanço Patrimonial (BP) e a Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP) representam os principais instrumentos para refletir esse aspecto. O processo de convergência às normas internacionais de contabilidade aplicada ao setor público (CASP) visa a contribuir, primordialmente, para o desenvolvimento deste aspecto.*

### **3.3. Aspecto Fiscal**

*Compreende a apuração e evidenciação, por meio da contabilidade, dos indicadores estabelecidos pela LRF, dentre os quais se destacam os da despesa com pessoal, das operações de crédito e da dívida consolidada, além da apuração da disponibilidade de caixa, do resultado primário e do resultado nominal, a fim de verificar-se o equilíbrio das contas públicas. O Relatório de Gestão Fiscal (RGF) e o Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO) representam os principais instrumentos para evidenciar esse aspecto. Diversos atos e fatos registrados pela contabilidade poderão alcançar apenas um, dois ou todos os aspectos citados. Dessa maneira, cabe aos responsáveis pelos serviços de contabilidade em cada ente da Federação compreender os eventos e seus efeitos na evidenciação contábil, a partir do entendimento das normas e conceitos inerentes a cada aspecto.*

## **Gabarito D.**

81

A Lei nº 10.028/2000 acrescentou ao Código Penal os chamados crimes contra as finanças públicas, em que o gestor pode ser criminalmente responsabilizado por ordenar despesas que causem desequilíbrio nas contas e danos ao patrimônio público. Assim, essa Lei previu a responsabilização dos agentes públicos nas atividades que envolvem arrecadação e aplicação de recursos. O princípio da Contabilidade Aplicada ao Setor Público que pode ser associado ao contexto da Lei de Crimes Fiscais é:

- (A) continuidade;
- (B) competência;
- (C) entidade;
- (D) oportunidade;
- (E) prudência.

O Princípio da Entidade se afirma, para o ente público, pela autonomia e responsabilização do patrimônio a ele pertencente.

A **AUTONOMIA PATRIMONIAL tem origem na destinação social do patrimônio e a responsabilização pela obrigatoriedade da prestação de contas** pelos agentes públicos.

**Gabarito C.**

82

O reconhecimento contábil de um passivo exigível em uma entidade do setor público representa algumas peculiaridades quanto às etapas da execução orçamentária da despesa pública. O registro da etapa da despesa entre o empenho e a liquidação chamada “em liquidação” significa que:

Vejam os esse resumo.

FG ocorre após o empenho e antes da liquidação. Exemplos: entrega da nota fiscal de material fornecido ou serviço prestado.	A transferência de Saldo da conta “ <b><u>Crédito Empenhado a Liquidar</u></b> ” para a conta “ <b><u>Crédito Empenhado em Liquidação</u></b> ” acontecerá de forma <b>ISOLADA</b> .	No Empenho: nenhum.
		Nota Fiscal: registro de obrigação com a letra “F” no passivo.
		Na Liquidação: nenhum.
		No pagamento: baixa da obrigação com a letra “F”.

#### Empenho da despesa com investimentos

EMPENHO		
Débito	Crédito	Subsistema
6.2.2.1.1 – Crédito Disponível	6.2.2.1.3.01 - Crédito empenhado a liquidar	<b>O</b>
8.2.1.1.1 - Disponibilidade por destinação de recursos	8.2.1.1.2. - Disponibilidade por destinação de recursos comprometida por empenho	<b>C</b>

Na entrega da Nota Fiscal e da Instalação

Recebimento da instalação e nota fiscal		
Débito	Crédito	Subsistema
6.2.2.1.3.01 - Crédito empenhado a liquidar	6.2.2.1.3.02 - Crédito empenhado em liquidação	<b>O</b>
1.2.3.3. Bens imóveis <b>(P)</b>	2.1.3.1.x.xx.xx – Fornecedores e Contas a Pagar a curto Prazo <b>(F)</b>	<b>P</b>

Liquidação da despesa com investimentos

LIQUIDAÇÃO		
Débito	Crédito	Subsistema
6.2.2.1.3.02 - Crédito empenhado em liquidação	6.2.2.1.3.03 - Crédito empenhado liquidado a pagar	<b>O</b>
8.2.1.1.2. - Disponibilidade por destinação de recursos comprometida por empenho	8.2.1.1.3. - Disponibilidade por destinação de recursos comprometida por liquidação e entradas compensatórias	<b>C</b>

Pagamento da despesa com investimentos

PAGAMENTO		
Débito	Crédito	Subsistema
6.2.2.1.3.03 - Crédito empenhado liquidado a pagar	6.2.2.1.3.04 - Crédito empenhado pago	<b>O</b>
2.1.3.1.x.xx.xx – Fornecedores e Contas a Pagar a curto Prazo <b>(F)</b>	1.1.1.1 - Caixa e equivalentes de caixa em moeda nacional <b>(F)</b>	<b>P</b>
8.2.1.1.3. - Disponibilidade por destinação de recursos comprometida por liquidação e entradas compensatórias	8.2.1.1.4. - Disponibilidade por destinação de recursos utilizada	<b>C</b>

(A) a despesa gerou obrigações independentes de autorização orçamentária;

**ERRADO**, o evento ocorreu dentro da autorização orçamentária.

(B) houve apenas comprometimento de recurso financeiro da entidade governamental que fez o empenho;

**ERRADO**, não há utilização de contas de destinação de recursos.

(C) houve conclusão das etapas da despesa orçamentária, exceto pagamento;

**ERRADO**, ainda resta a liquidação.

(D) houve ocorrência do fato gerador da variação patrimonial diminutiva e a não ocorrência da liquidação da despesa;

**Gabarito. CABE RECURSO, NESSE EXEMPLO QUE EU DEI NÃO HOUVE VPD**

(E) o fato gerador do passivo exigível ocorreu e está pendente do empenho da despesa orçamentária.

**ERRADO**, já houve o empenho.

83

De acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), as variações patrimoniais são transações que promovem alterações nos elementos patrimoniais da entidade do setor público, mesmo em caráter compensatório, afetando ou não o seu resultado. As variações patrimoniais podem ser qualitativas ou quantitativas.

Um exemplo de registro de variação patrimonial quantitativa é:

- (A) aquisição de veículos a prazo;
- (B) amortização de empréstimos junto a instituições financeiras;
- (C) pagamento de dívidas de curto prazo com fornecedores;
- (D) pagamento de parcela de móveis adquiridos a prazo;
- (E) recebimento de receita de transferências constitucionais.

**Gabarito E. Todas as demais são qualitativas.**

84

As Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD) ou despesas sob o enfoque patrimonial consistem em decréscimos nos benefícios econômicos durante o período contábil, que resultem em decréscimo do patrimônio líquido. O reconhecimento da VPD pode se dar em diferentes estágios da execução orçamentária. Um exemplo de VPD reconhecida após a liquidação da despesa orçamentária é:

(A) concessão de suprimento de fundos;

**Gabarito.**

(B) perda do valor recuperável de bens móveis;

**ERRADO**, **VPD sem relação com execução orçamentária da despesa.**

(C) reconhecimento a cada mês trabalhado do 13º salário a ser pago no final do ano;

**ERRADO**, **VPD que ocorre antes da liquidação.**

(D) recebimento antecipado de valores provenientes da venda a termo de serviços;

**ERRADO**, **evento relacionado com a receita.**

(E) reconhecimento de obrigação de prestar serviços em regime de concessão.

**ERRADO**, **VPD que ocorre antes da liquidação.**



Texto 1

Uma entidade do setor público mantém um ativo que foi adquirido em Junho de 20x3, por R\$16.000 e tem vida útil de cinco anos. Esse ativo é gerador de caixa e o seu valor de uso esperado ao longo da vida útil é R\$20.000; em Junho de 20x5, a entidade estimou que, em caso de alienação, o valor obtido seria R\$10.000.

85

Considerando as informações do texto 1 e também que o ativo entrou em uso assim que foi adquirido, é correto afirmar que a depreciação acumulada em Junho de 20x5 na entidade foi de:

- (A) 3.200;
- (B) 6.400;
- (C) 8.000;
- (D) 9.600;
- (E) 10.000.

**Depreciação acumulada: 2 anos de 5 anos. Assim, 40% x 16.000 = 6.400.**

**Gabarito D.**

86

Considerando exclusivamente as informações do texto 1, o valor recuperável do Ativo é:

- (A) 20.000,00;
- (B) 16.000,00;
- (C) 12.000,00;
- (D) 10.000,00;
- (E) 9.600,00.

O valor recuperável é o valor de mercado de um ativo menos o custo para a sua alienação, ou o valor que a entidade do setor público espera recuperar pelo uso futuro desse ativo nas suas operações, o que for maior.

Valor de mercado: não foi dado.

Valor que a entidade do setor público espera recuperar pelo uso futuro: seria 20 mil em 5 anos. Porém, restam 3 anos apenas. Assim, 12 mil. Esse foi o gabarito.

Faltaram dados sobre o valor de mercado.

Cabe recurso.

87

O Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), na PARTE II, que trata de Procedimentos Contábeis Patrimoniais, dispõe sobre os critérios de avaliação e a mensuração dos elementos patrimoniais nas entidades do setor público. O elemento patrimonial que apresenta adequada associação com o critério de mensuração no reconhecimento inicial é:

(A) ativo imobilizado – valor justo;

**ERRADO**, Valor de aquisição, custo de produção ou construção.

(B) ativo intangível – valor justo;

**ERRADO**, Valor de aquisição ou produção.

(C) bens de distribuição gratuita – custo de aquisição ou valor de reposição, dos dois o menor;

Gabarito.

(D) estoques – custo de reposição;

**ERRADO**, custo médio ponderado.

(E) produtos agrícolas e extrativos – custo de produção ou de reposição.

**ERRADO**, pelo MCASP 6ª edição, valor de mercado.

88 Após o reconhecimento de perdas por redução ao valor recuperável, o MCASP (2014) recomenda que a entidade deve avaliar na data de encerramento das demonstrações contábeis se há alguma indicação de que alguma perda reconhecida em anos anteriores deva ser revertida. Essa avaliação deve basear-se em fontes externas e internas de informação.

São exemplos de fontes indicativas da reversão de perdas por redução ao valor recuperável:

- (A) cessação total ou parcial das demandas ou necessidade dos serviços fornecidos pelo bem;
- (B) evidência de que o desempenho dos serviços de um ativo é menor do que o esperado;
- (C) ocorrência de mudanças significativas, de longo prazo, no ambiente tecnológico, com efeito adverso para a entidade;
- (D) queda significativa no valor de mercado de um ativo;
- (E) ressurgimento da demanda ou da necessidade de serviços fornecidos pelo ativo.

### **Gabarito E.**

*Consta no MCASP:*

#### ***Reversão de uma Perda por Irrecuperabilidade***

*A entidade deve avaliar na data de encerramento das demonstrações contábeis se há alguma indicação, com base nas fontes externas e internas de informação, de que uma perda por irrecuperabilidade reconhecida em anos anteriores deva ser reduzida ou eliminada. O registro será a reversão de uma perda por irrecuperabilidade.*

##### ***7.2.5.1. Fontes Externas de Informação***

- a. o ressurgimento da demanda ou da necessidade de serviços fornecidos pelo ativo;*
- b. a ocorrência, durante o período ou em futuro próximo, de mudanças significativas de longo prazo, com efeito favorável sobre a entidade, no ambiente tecnológico, legal ou político no qual a entidade opera.*

### **7.2.5.2. Fontes Internas de Informação**

- a. a ocorrência, durante o período ou em futuro próximo, de mudanças significativas de longo prazo, com efeito favorável sobre a entidade, na medida que o ativo é usado ou previsto de ser usado. Estas mudanças incluem os custos incorridos durante o período para melhorar ou aumentar o desempenho de um ativo ou para reestruturar a operação à qual este ativo está relacionado;
- b. uma decisão para recomençar a construção do ativo que foi previamente interrompida antes da conclusão, ou antes de estar em capacidade de operar;
- c. existe evidência nos relatórios internos que indica que o desempenho do ativo é ou será melhor do que o esperado.

89

Acerca da mensuração após o reconhecimento inicial de ativo intangível com vida útil indefinida, é correto afirmar que:

- (A) a amortização para cada período deve ser reconhecida no resultado, contra uma conta retificadora do ativo;
- (B) deve ser amortizado a partir do momento em que o ativo estiver disponível para uso;
- (C) o método de amortização de ativo intangível com vida útil indefinida deve ser revisado pelo menos ao final de cada exercício;
- (D) o ativo intangível com vida útil indefinida não deve ser amortizado;
- (E) o valor amortizável de ativo com vida útil indefinida é determinado após a dedução de seu valor residual.

**A entidade deve classificar a vida útil do ativo intangível em definida e indefinida. Se a vida útil for definida, a entidade deve avaliar também a duração e o volume de produção ou outros fatores semelhantes que formam essa vida útil. A entidade deve atribuir vida útil indefinida a um ativo intangível quando, com base na análise de todos os fatores relevantes, não existe um limite previsível para o período durante o qual o ativo deverá gerar fluxos de caixa líquidos positivos, ou fornecer serviços para a entidade. O termo "indefinida" não significa "infinita".**

O ativo intangível com vida útil indefinida não deve ser amortizado. A entidade deve testar a perda de valor dos ativos intangíveis com vida útil indefinida, ou aqueles ainda não disponíveis para o uso, comparando o valor recuperável com o seu valor contábil sempre que existam indícios de que ativo intangível pode ter perdido valor.

Gabarito: D.

90

O Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) conceitua Transação sem contraprestação como aquela em que a entidade recebe ativos ou serviços ou tem passivos extintos e entrega valor irrisório ou nenhum valor em troca. Em relação a tais transações, analise as afirmativas a seguir.

I) A maior parte das variações patrimoniais aumentativas das entidades do setor público decorrem de transações sem contraprestação.

CERTO, as receitas sem contraprestação compõem a maioria das variações patrimoniais aumentativas para a maior parte das entidades do setor público. São separadas em:

(a) impostos e contribuições; e

(b) transferências.

II) No caso de repartição tributária, somente após a arrecadação do tributo pelo ente transferidor, o ente receptor deverá reconhecer o crédito a receber.

CERTO.

III) O ativo obtido por meio de uma transação sem contraprestação deverá ser inicialmente mensurado **pelo seu valor realizável.**

**ERRADO, um ativo adquirido por meio de uma transação sem contraprestação deverá ser inicialmente mensurado pelo seu valor justo da data de aquisição.**

IV) Os recebimentos antecipados relativos a tributos **são diferentes de outros recebimentos antecipados, em decorrência de sua natureza.**

**ERRADO**, os recebimentos antecipados relativos a tributos não são, em essência, diferentes de outros recebimentos antecipados.

É correto somente o que se afirma em:

- (A) I e II;
- (B) II e III;
- (C) II e IV;
- (D) I, II e III;
- (E) II, III e IV.

**Gabarito A.**

91

De acordo com a International Public Sector Accounting Standards (IPSAS) 19, que trata de provisões, passivos contingentes e ativos contingentes, publicada pelo International Public Sector Accounting Standards Board, uma provisão é um passivo de prazo ou valor incerto. A partir dessa definição, o único item a seguir que NÃO atende a esse conceito está relacionado ao pagamento de:

- (A) autuações fiscais;
- (B) férias e décimo terceiro salário;
- (C) indenizações a fornecedores e clientes;
- (D) reclamações trabalhistas;
- (E) valores incertos relacionados aos créditos tributários reconhecidos no lançamento pelo agente arrecadador.

**Gabarito B. Veja trecho da aula 00 sobre a IPSAS:**

No Brasil é comum usar a palavra provisão para as contas de obrigações relativas às férias e 13º salário, porém essa norma diferencia provisões de apropriações por competência. Assim, deve-se atentar-se para a forma, pois na essência trata-se de fatos diferentes, e devem ser contabilizadas de maneira diferente.

92

O MCASP (2014) orienta os registros patrimoniais decorrentes das despesas orçamentárias de exercícios anteriores (DEA), a partir das disposições da Lei nº 4.320/1964 e Decreto nº 93.872/1986. No que tange ao reconhecimento e registro das despesas de exercícios anteriores, é correto afirmar que:

(A) o conceito legal de despesa de exercícios anteriores (DEA) e contábil de ajustes de exercícios anteriores **são equivalentes**;

**ERRADO.**

**Vejamos o que diz o MCASP:**

Diferenças entre Despesa de Exercícios Anteriores (DEA) e Ajustes de Exercícios Anteriores	
Despesa de Exercícios Anteriores (DEA)	Ajustes de Exercícios Anteriores
É uma classificação da despesa orçamentária quanto à natureza.	É uma conta contábil do Patrimônio Líquido.
É representada por um elemento de despesa próprio usado no orçamento do exercício corrente para atender a despesas que pertencem ao exercício anterior: 92 – Despesas de Exercícios Anteriores.	No PCASP é representada pela conta 2.3.7.2.1.03.00 AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES – Registra o saldo decorrente de efeitos da mudança de critério contábil ou da retificação de erro imputável a determinado exercício anterior, e que não possam ser atribuídos a fatos subsequentes.
Pode ou não estar relacionada a eventos que geram registros patrimoniais na conta de Ajustes de Exercícios Anteriores.	Seu movimento a débito pode ou não estar relacionado a uma despesa orçamentária classificada como Despesa de Exercícios Anteriores (DEA).

(B) o reconhecimento de despesas de exercícios anteriores **deve gerar** registros patrimoniais na conta de ajustes de exercícios anteriores;

**ERRADO, conforme comentário anterior.**

(C) na DEA relacionada a despesas efetivas, o passivo e a VPD deverão ser registrados no momento em que o credor cumprir a obrigação;

**CERTO, vejamos o que diz o MCASP.**

No caso de fatos que reduzam a situação líquida patrimonial, o passivo e a VPD deverão ser registrados no momento em que o credor cumprir a obrigação, pois ocorreu o fato gerador.

Em regra, esses fatos correspondem a uma despesa orçamentária corrente.

No caso de fatos que não alterem a situação líquida patrimonial (fatos permutativos) haverá o registro de um passivo e do ativo incorporado ao patrimônio do ente público.

Em regra, esses fatos correspondem a uma despesa orçamentária de capital, a uma despesa corrente com aquisição de itens para estoque ou a uma VPD paga antecipadamente.

Ocorrendo o fato gerador no exercício anterior (credor cumpriu a obrigação) sem que tenha sido registrada uma VPD à época própria, nos casos de despesa corrente, exceto aquelas com aquisição de itens para estoque, deverá ser registrado patrimonialmente um Superávit ou Déficit Acumulado no exercício corrente, no qual será executada orçamentariamente a DEA.

(D) na DEA relacionada a despesas não efetivas, **o passivo e a VPD deverão ser registrados no momento em que o credor cumprir a obrigação;**

No caso de fatos que não alterem a situação líquida patrimonial (fatos permutativos) haverá o registro de um passivo e do ativo incorporado ao patrimônio do ente público.

(E) na DEA relacionada a despesas por mutação, haverá o registro de um passivo e do ativo incorporado ao patrimônio do ente público.

**ERRADO**, cabe recurso. Pois, despesas por mutação é a mesma coisa de despesas não efetivas.



Quadro I – Saldos antes da apuração do resultado patrimonial do exercício encerrado em 31/12/20x4, da prefeitura municipal de Novo Mar.

Descrição	Saldo (milhares)
Transferências recebidas	32.800,00
Pessoal e encargos	21.300,00
Imobilizado	16.300,00
Impostos, taxas e contribuições de melhoria	14.380,00
Empréstimos e financiamentos - LP	9.350,00
Uso de bens, serviços e consumo de capital fixo	8.750,00
Intangível	4.500,00
Benefícios previdenciários e assistenciais	4.100,00
Ativo realizável a longo prazo	3.120,00
Contribuições	3.100,00
Patrimônio social	2.000,00
Investimentos	1.950,00
Obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais a pagar	1.820,00
Créditos de curto prazo	1.560,00
Exploração e venda de bens e serviços	1.300,00
Estoques	1.120,00
Caixa e equivalentes de caixa	910,00
Variações patrimoniais diminutivas financeiras	910,00
Transferências concedidas	890,00
Fornecedores a pagar	840,00
Desvalorização e perdas com Ativos	780,00
Provisões de longo prazo	750,00
VPD pagas antecipadamente	380,00
Variações patrimoniais aumentativas financeiras	230,00

93

De acordo com o Quadro I, as obrigações exigíveis da prefeitura municipal de Novo Mar em 31/12/20x4 totalizaram:

- (A) 12.760,00;
- (B) 14.760,00;
- (C) 16.860,00;
- (D) 34.060,00;
- (E) 38.160,00.

A seguir as contas do Passivo.

Empréstimos e financiamentos - LP	9,350	Passivo Não Circulante
Obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais a	1,820	Passivo Não Circulante
Fornecedores a pagar	840	Passivo Circulante
Provisões de longo prazo	750	Passivo não circulante

**Total de 12.760. Gabarito A.**

94

De acordo com o Quadro I, o resultado patrimonial apurado ao final do exercício de 20x4 na prefeitura municipal de Novo Mar foi de:

- (A) 36.730;
- (B) 15.080;**
- (C) 14.190;
- (D) 11.980;
- (E) 10.980.

**VPA**

Descrição	Valor	Tipo
Transferências recebidas	32,800	VPA
Impostos, taxas e contribuições de melhoria	14,380	VPA
Contribuições	3,100	VPA
Exploração e venda de bens e serviços	1,300	VPA
Variações patrimoniais	230	VPA

**Total de 51.810**

### VPD

Descrição	Valor	Tipo
Pessoal e encargos	21,300	VPD
Uso de bens, serviços e consumo de	8,750	VPD
Benefícios previdenciários e assistenciais	4,100	VPD
Variações patrimoniais diminutivas financeiras	910	VPD
Transferências concedidas	890	VPD
Desvalorização e perdas com Ativos	780	VPD

**Total de 36.730.**

**Resultado Patrimonial = 51.810 – 36.730 = 15.080, gabarito**

**B.**

95

De acordo com o Quadro I, o índice de liquidez geral ao final do exercício de 20x4 na prefeitura municipal de Novo Mar era de:

- (A) 0,34;
- (B) 0,56;
- (C) 1,07;
- (D) 1,49;
- (E) 2,34.

Liquidez Geral =  $\frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Ativo Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Exigível a Longo Prazo}}$

Descrição	Valor	Tipo
Ativo realizável a longo prazo	3,120	Ativo não circulante
Créditos de curto prazo	1,560	Ativo circulante
Estoques	1,120	Ativo circulante
Caixa e equivalentes de	910	Ativo circulante
VPD pagas antecipadamente	380	Ativo Circulante

$$LG = 7.090 / \underline{12.760} = \underline{55,56\%}$$

**Gabarito B.**

96

De acordo com o MCASP, a Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) permite a análise da capacidade de a entidade gerar caixa e equivalentes de caixa e da utilização de recursos próprios e de terceiros em suas atividades. Em geral espera-se que, nas entidades do setor público, os fluxos de caixa mais representativos sejam gerados pelas atividades operacionais. A opção a seguir que contém apenas itens relacionados às atividades operacionais é:

(A) juros e encargos da dívida e concessão de empréstimos;

**ERRADO**, concessão de empréstimos é fluxo de investimento.

(B) receitas derivadas e transferências correntes concedidas;

**CERTO**.

(C) receitas originárias e amortização de empréstimos concedidos;

**ERRADO**, amortização de empréstimos é fluxo de investimento.

(D) receita patrimonial e receita de alienação de bens;

**ERRADO**, receita de alienação de bens é fluxo de investimento.

(E) transferências correntes recebidas e amortização de empréstimos recebidos.

**ERRADO**, amortização de empréstimos recebidos é fluxo de financiamento.

97

A abertura de créditos adicionais suplementares e especiais requer a indicação prévia de fonte de recursos para a sua cobertura. Uma das fontes possíveis é o superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício anterior. O valor utilizável desse superávit financeiro deve ser líquido do valor de:

- (A) anulação parcial ou total de dotações orçamentárias;
- (B) créditos especiais abertos no exercício;
- (C) créditos extraordinários abertos no exercício;
- (D) créditos suplementares reabertos no exercício;
- (E) operações de crédito vinculadas.

Conforme consta na lei 4320/1964:

**Art. 43º**

**§ 2º Entende-se por superávit financeiro a diferença positiva entre o ativo financeiro e o passivo financeiro, conjugando-se, ainda, os saldos dos créditos adicionais transferidos e as operações de crédito a eles vinculadas**

**Gabarito E.**

98

O conceito orçamentário de receita está associado à disponibilidade de recursos financeiros durante o exercício orçamentário, enquanto o conceito contábil de receita relaciona-se a aumentos nos benefícios econômicos durante o período contábil sob a forma de entrada de recursos ou aumento de ativos ou diminuição de passivos, que resultem em aumento do patrimônio líquido. Em decorrência disso, o seu reconhecimento pode se dar em momentos distintos.

Tendo em vista esses conceitos, uma receita de origem tributária exemplificada pelo Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores – IPVA deve ser reconhecida:

(A) sob o enfoque orçamentário, quando o tributo for recolhido aos cofres da entidade competente;

**ERRADO**, arrecadado.

(B) sob o enfoque orçamentário, quando o tributo for lançado em favor da fazenda pública;

**ERRADO**, arrecadado.

(C) sob o enfoque patrimonial, quando o tributo for arrecadado pelos agentes competentes;

**ERRADO**, quando da VPA, lançamento.

(D) sob o enfoque patrimonial, quando o tributo for lançado, a partir da identificação do sujeito tributário e do valor devido;

**CERTO**.

(E) sob os enfoques orçamentário e patrimonial, no momento da arrecadação do tributo.

**ERRADO**, arrecadação para orçamentário e VPA – lançamento para enfoque patrimonial.

99

A IPSAS 21 trata da redução do valor recuperável de ativo não gerador de caixa. Em referência às disposições dessa norma, analise as afirmativas a seguir:

I) A entidade deve realizar uma estimativa formal do valor de serviço recuperável somente se existir indicação de uma potencial perda por irrecuperabilidade.

**CERTO**.

II) A perda por irrecuperabilidade do ativo deve ser reconhecida imediatamente **no superávit ou déficit**.

**CERTO**, mas cabe recurso. A norma usa o termo resultado.

III) Quando o valor estimado de uma perda for maior do que o valor contábil do ativo ao qual se relaciona, a entidade deve reconhecer um passivo correspondente.

**ERRADO**, **neste caso o ativo ficaria nulo (sem benefícios futuros), mas não geraria um passivo.**

Está correto somente o que se afirma em:

- (A) I;
- (B) II;
- (C) III;
- (D) I e II;
- (E) II e III.

**Segue trecho da aula 00:**

**A norma define que:**

**(i) o ativo não-gerador de caixa, não tem como principal objetivo o retorno comercial;**

**(ii) ao avaliar se há alguma indicação de que um ativo possa ter sofrido perda por irrecuperabilidade (redução ao valor recuperável), a entidade deve considerar: fontes externas e internas de informação;**

**(iii) A perda por irrecuperabilidade (redução ao valor recuperável) deve ser reconhecida quando o valor de serviço recuperável for menor que seu valor de custo depreciado, onde:**



(a) Valor de serviço recuperável – o maior entre valor justo menos custo de venda e valor presente dos rendimentos remanescentes durante sua vida útil.

(b) A baixa ou redução por irrecuperabilidade (redução ao valor recuperável) deve ser imediatamente reconhecida no resultado.

### Gabarito D.

Prof. M. Sc. Giovanni Pacelli

Informo que estão disponíveis no site a editora ELSEVIER dois livros de minha autoria: um de questões objetivas e outro de questões discursivas.

<http://www.grupogen.com.br/catalogsearch/result/?q=giovanni+pacelli>

Observação importante: este curso é protegido por **direitos autorais** (copyright), nos termos da Lei 9.610/98, que altera, atualiza e consolida a legislação sobre direitos autorais e dá outras providências.

Grupos de rateio e pirataria são clandestinos, violam a lei e prejudicam os professores que elaboram os cursos. Valorize o trabalho de nossa equipe adquirindo os cursos honestamente através do site Estratégia Concursos ;-)